

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.742.199 - MG (2018/0118139-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : OSIMO COSTA CASTRO
ADVOGADO : EDGARD MOREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - MG009936
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : ANDECC - ASSOCIACAO NACIONAL DE DEFESA DOS
CONCURSOS PARA CARTORIOS
ADVOGADOS : RODRIGO HASSEN DOS SANTOS - MG121815
GUSTAVO CARNEIRO MENDES E OUTRO(S) - MG131524
INTERES. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : JOSE HERMELINDO DIAS VIEIRA COSTA E OUTRO(S) -
MG071892

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. ILEGITIMIDADE DO AUTOR ORIGINAL. CONTINUIDADE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INDISPONIBILIDADE E OBRIGATORIEDADE. AGRAVO INTERNO DO RÉU. FALTA DE COMBATE AOS FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA 182/STJ.

1. A ausência de enfrentamento dos fundamentos específicos da decisão combatida atrai a incidência da Súmula 182/STJ (É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada).
2. Os precedentes citados na decisão recorrida apontam que, diante dos princípios da indisponibilidade e obrigatoriedade das ações coletivas, o Ministério Público é legítimo para dar continuidade ao processo quando afirmada a ilegitimidade ativa do autor original. A parte agravante não infirma tais fundamentos, incorrendo na hipótese da súmula supracitada.
3. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator